

Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia.

Maria Hilda Baqueiro Paraiso¹

Na aldeia de N. Sra. da Escada, a partir de 1758, Vila de Olivença conviveram Tupinikins e outros grupos descendidos dos sertões. As relações, ao se tornarem mais complexas, exigiram novas estratégias adaptativas e formas de inserção na sociedade, situação agravada quando a vila se tornou distrito de Ilhéus, em 1912, e sua área foi invadida por cacauicultores. A revolta de 1929, liderada por Marcelino, buscava evitar o acesso dos não índios a localidades sob controle indígena. Julgado e absolvido em 1931, Marcelino, seus seguidores e parentes com o apoio do PCB, refugiaram-se no P.I. Caramuru-Paraguaçu, área vista pelo partido como viável para atuar e refúgio de comunistas após a Intentona de 1935. Envolvido na “Revolta do Posto Indígena”, Marcelino e outros índios de Olivença foram julgados e condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional em 1937. Foram beneficiados pela decisão governamental de libertar presos políticos que não tinham culpa formalizada. Retornou a Ilhéus e desapareceu sem deixar rastros.

Palavras Chaves: Bahia – Índios – Rebelião comunista.

Marcellino José Alves: from indian to *caboclo*, from “Lampião Mirim” to communist, a trajectory of resistance and struggle in southern Bahia.

Maria Hilda Baqueiro Paraiso¹[1]

From the Indian Village of *Nossa Senhora da Escada*, that became the Village of *Olivença* in 1758, there lived together the *Tupinikins* and other “descended” Indians. As social relations became increasingly complex they have required new adaptive strategies and different forms of social participation, a situation which have been aggravated when the village became a district of the municipality of *Ilhéus*, in 1912, and their homelands were taken over by cocoa growers. A rebellion which happened in 1929, under the leadership of Marcelino, intended to avoid the non-indians to enter the areas under the control of the Indians, trialed and absolved in 1931, Marcelino, and his followers and relatives, with the support of the Brazilian Communist Party (PCB) took refuge in the *P.I. Caramuru-Paraguaçu*, an area which was considered by this Party as adequate for the hiding of communists after the *Intentona* of 1935. As a result of their latter participation in the so called “Rebellion of the Indian Outpost”, Marcelino and other Indians from *Olivença* were trialed and sentenced by the National Security Tribunal in 1937. Later on they have benefited from the government decision of exempting political prisoners who had not been formally convicted. He then returned to *Ilhéus* and disappeared without leaving any trace.

Key words: Bahia – indians – communist rebellion

**Marcellino Alves: de índio a caboclo, de “Lampião Mirim” a comunista:
uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia.**

Maria Hilda Baqueiro Paraiso²

1 – Conhecendo Olivença: uma trajetória de enfrentamento e negociações

Fundada por jesuítas no fim do século XVII, ao sul de Ilhéus, para reunir sobreviventes de outros aldeamentos anteriormente instalados mais próximo da vila e de outros descidos dos sertões, o aldeamento de Nossa Senhora da Escada foi repovoado sucessivamente por índios Tupinikin, Kamakã-Mongoió, Pataxó, Maxakali e algum subgrupo não identificado dos chamados Aimorés/ Botocudos. A doação de terras ocorreu em 1700, no âmbito das negociações estabelecidas entre a Coroa e vários grupos indígenas na tentativa de interromper os conflitos resultantes da expansão colonial na região, hoje conhecida como Nordeste, após a expulsão dos holandeses,

Obrigados a conviver com grupos tradicionalmente inimigos, com missionários e colonos, a se sedentarizarem e tornarem produtores de artigos voltados para o mercado, os Tupinikin ajustaram-se à nova realidade e construíram seus espaços de interlocução de acordo com seus interesses e possibilidades. Nova mudança radical – a elevação do aldeamento a vila em 1758, o afastamento dos jesuítas, a criação da Câmara de Vereança e a entrega da administração temporal dos índios a diretores particulares – exigiu-lhes novas formas de relacionamento. A aldeia central se tornou a sede administrativa da Vila de Nova Olivença, mas a área da sesmaria continuou como patrimônio dos índios e seus descendentes (Freire, 1906; Accioli. J. e Amaral, 1931; Lisboa, 1978; Mott, 1984).

Essa nova realidade acentuou sua inserção no mercado de trabalho, alugando-se a madeireiros, proprietários de fazendas e como cortadores de piaçava. Também continuaram a venda de peixes, madeira e produtos artesanais, feitos com piaçava, coquilhos e casca de tartaruga. (Paraíso, 1989; Marcis, 2004). Esse tipo de economia extrativista e artesanal, voltada para a comercialização, definia condições de vida consideradas por inúmeros visitantes como precárias (Navarro, 1846; Wied-Neuwied. M., 1940). Esse quadro também resultava das características do solo, da má administração imposta a partir de 1758 e da intensificação da apropriação do trabalho indígena pelos párocos e pelos novos diretores leigos, não remunerados e aliados dos Juízes de Órfãos. O Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa (op. cit) definia com clareza essa situação ao afirmar, em 1799, que o vigário buscava compensar a pequena cômputo buscando “tirar do sangue e da miséria dos índios, o pagamento das mesmas (...) e requereu se penhorarem as miseráveis cabanas cobertas de palha em que moram, ou ao menos em contas (de rosário) e em serviços arbitrariamente impostos”.

As doenças se sucediam de forma interminável, levando à deterioração da qualidade de vida, como afirmava Lisboa (ibidem), “todos vivem gemendo debaixo de fatal golpe das sezões e febres renitentes

² Professora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

(...) são levado às sepulturas sem haver um só que compassivo embarace o golpe dos sucessivos males (...) encham de espanto e susto aos que de novo entrarem naquela povoação”.

Da mesma forma, as terras da sesmaria eram arrendadas e, segundo Mott, a renda paga “era embolsada pelo orago” e, quando os índios abatiam gado do seu rebanho, eram processados. (Mott, op. cit.). O quadro de pobreza e doença agravava-se com a introdução das bebidas alcoólicas como forma de pagamento e vendidas a preços extorsivos pelo diretor do aldeamento, por taberneiros, madeireiros e por colonos estrangeiros.

Apesar desse quadro de dificuldades crescentes, a aldeia de Olivença manteve-se demograficamente estável, o que se explica tanto pela superação dos momentos críticos vividos pela população indígena, como pela incorporação de outros segmentos populacionais de aldeias em extinção ou abandonadas, práticas comuns na área e naquele momento. (vide Mott, op. cit. e Navarro, op. cit.). Entretanto, a riqueza das matas e a grande quantidade de possíveis trabalhadores atuaram como um chamariz e atraía candidatos a diretor do aldeamento, apesar do Diretório Pombalino ter sido legalmente suprimido por Carta Régia de 13/05/1797. (Acioly, I. e Amaral, B., op. cit.) Da mesma forma, eram constantes os conflitos relacionados à disputa do corte de madeira e ao uso do trabalho indígena entre madeireiros, diretores e a Câmara de Ilhéus, sendo o caso mais notório o que envolveu o dinamarquês Martinho Sellman e seu sócio português, Luís Antônio de Souza Lisboa em 1853 (Silva, 1853).

Naquele momento, a posição da Câmara de Ilhéus era a de manter o controle sobre o aldeamento, em benefício próprio, contrariando a posição dos indígenas e do Diretor Geral dos Índios que, desde 1851, afirmava ser desnecessário nomear diretor, pois os índios eram “domesticados”. Sua proposta era a de transformar as terras em lotes individuais para serem distribuídos entre os indígenas e colonos interessados (Madureira, 1851). Na verdade, essa proposta não chegou a se concretizar até o fim do Século XIX e diretores continuaram a ser nomeados regularmente até aquela data.

A violência do processo de exploração dos trabalhadores indígenas está expressa na redução drástica dos aldeados, pois, já em 1855, o Diretor Geral dos Índios informava que viviam na Vila de Olivença “200 índios civilizados” (Madureira, 1855). Podemos interpretar esse número reduzido de moradores como resultado da fuga ao controle dos diretores e párocos e a busca das matas ou de fazendas de nacionais, onde podiam melhor negociar sua participação nas atividades produtivas.

Outro momento que exigiu dos indígenas a formulação de uma estratégia de reação e negociação ocorreu quando do seu alistamento para lutar na Guerra do Paraguai. A tentativa infrutífera de obter voluntários entre a população de Ilhéus, deixando a Câmara Municipal em situação de inferioridade perante as demais, obrigou seus representantes a buscarem-nos em Olivença, onde, graças à ação do vigário, conseguiram, após muitas promessas, oito voluntários índios. Depois foi o juiz de direito que seguiu para o mesmo local procurando, já agora pela força, capturar mais alguns “voluntários”. Os

índios fugiram para as matas, onde foram alcançados e receberam promessas das senhoras ricas de Ilhéus de ajudarem as famílias a educarem os filhos dos voluntários. Conseguiram mais seis voluntários, aos quais foram acrescentados outros “voluntários de pau e corda” obtidos por ações das milícias de Ilhéus na vila de Olivença. (Silva Campos, op. cit).

Temos, também nesse caso, uma forma de apropriação do trabalho indígena que se caracteriza, não apenas pelo interesse em poupar componentes da sociedade dominante de participar de guerra, mas também pelo uso da etnia dominada para o exercício de atividades que não representavam vantagens econômicas para aqueles que as exerciam. O outro aspecto da questão que convém ressaltar é que não havia, na verdade, uma necessidade concreta do engajamento de qualquer segmento da população local. Porém, o fator prestígio e a busca de um espaço político no âmbito provincial determinaram, basicamente, a imposição do “voluntariado” aos índios de Olivença e seu envio para a guerra do Paraguai, explicando-se o ato também pelo seu aspecto político.

A transformação da Vila de Olivença em distrito de Ilhéus, em 1912, trouxe novos desafios. Subordinado à política da cidade, o distrito se transformou num espaço para onde foram transferidas as disputas e conflitos, resultando num quadro local de insegurança política e de instabilidade social. O primeiro aguçamento de relações ocorreu em 1883, quando o intendente de Olivença foi preso por ter votado contra a chapa oficial nas eleições federais. Segundo o autor da prisão, o delegado regional de Ilhéus, a razão de tal decisão foi o hábito de o intendente expulsar sistematicamente de Olivença seus desafetos. O resultado foi violenta arruaça e quebra-quebra no local até a liberação do intendente e a supressão do distrito de paz de Olivença. (Paraiso, 1989).

As eleições de 1903 resultaram em conflito mais grave, pois dois candidatos declararam-se vencedores. A disputa resultou em luta armada entre os seguidores dos dois e na morte de um dos candidatos e de oito de seus eleitores que estavam refugiados na igreja matriz de Olivença. Os responsáveis pelas mortes foram presos e imediatamente liberados em virtude de um *habeas corpus* expedido pelo juiz de direito e, quando julgados, foram inocentados por duas vezes consecutivas (Marcis, op.cit).

A partir desses eventos, a expansão da ocupação das terras do aldeamento pelos senhores de Ilhéus ampliou-se de forma significativa. A justificativa apresentada por uma “comissão de ilustres” no Jornal “O Comércio”, em 27/11/1922 era o fato de Olivença ser “uma localidade salubérrima, onde os miasmas paludosos não logram alcançar aquele promontório, com afamados ribeiros, a que o povo atribui milagrosas virtudes terapêuticas [cercada] por fertilíssimos e aparazíveis arredores, quase totalmente devolutos [e apropriados] à cultura do coqueiro, às chácaras de pomares e roças de legumes e cereais e, todos eles, à criação de qualquer espécie de gado” (apud Silva Campos, op.cit).

A argumentação visava recolher fundos para a construção de uma ponte sobre o Rio Cururupe, o que permitiria aos doentes e aos demais interessados de Ilhéus e seus arredores só em casos extremos de doenças graves terem de migrar para outros locais por que “disporão de um sanatório ideal ali perto, a três léguas, sem se privarem completamente de gestão de seus negócios e da presença de amigos e parentes” (Silva Campos, op.cit).

A construção da ponte teve reflexos graves sobre os índios de Olivença. As terras às margens do mar e a faixa subsequente foram imediatamente transformadas em chácaras. O núcleo central do povoamento, que tinha a forma tradicional dos aldeamentos jesuíticos, foi apropriado pelos veranistas e transformado em área residencial dos novos senhores. A população indígena recuou mais para o interior, criando um novo núcleo habitacional - o de Sapucaeira -, com casas de taipa distantes do litoral, embora um pequeno núcleo persistisse nas proximidades do centro da antiga vila. Os reflexos das acirradas disputas pelo domínio da Intendência de Ilhéus se refletiam sobre a pacata localidade, pois ali se refugiavam os envolvidos nas questões políticas, provocando arruaças e mal-estar à pequena comunidade indígena. As batidas policiais levavam a insegurança aos “caboclos”, que inúmeras vezes viam suas residências invadidas e até mesmo suas roças destruídas. (Paraiso, op. cit, 1989).

Apesar de todos os percalços, ressalte-se que os grupos indígenas ali aldeados desde o Século XVII viam o permanecer na área que lhes fora destinada em 1700 como um direito e uma estratégia para garantirem sua sobrevivência e reprodução física e social.

2 – A revolta dos caboclos e Marcelino

A reação ao incremento da invasão se iniciou em 1929, sob o comando de Marcelino Alves. Argumentando a necessidade de recuperarem as terras perdidas e de expulsarem os novos ocupantes da área da antiga aldeia, ele e seus aliados concentraram seus esforços iniciais na região da ponte sobre o rio Cururupe. Buscavam estrangular o tráfego, impossibilitando o acesso fácil a Olivença. A punição foi imediata e, em novembro, uma caravana de praças de polícia e de inspetores de quartirão deslocou-se para a região, iniciando a repressão aos revoltosos. A desigualdade de forças e a diferença na qualidade dos armamentos disponíveis culminaram na derrota dessa primeira tentativa de retomada das terras e na prisão de Marcelino e seus seguidores.

Marcelino, naquele momento, já era uma figura polêmica. Ele e seus seguidores diziam-se descendentes da tribo Tupá. Ele já fora acusado da prática de alguns crimes: em 1921 de ter assassinado Jacintho Gomes e, em 1929, de ter morto sua companheira, acusando-a de adultério e ferido os quatro filhos dela. Também era acusado de ter deflorado várias moças. (Processo nº 356 do TSN, 1936)

Apesar dessas acusações nunca terem sido apuradas ou comprovadas, Marcelino passou a ser referido na imprensa como “famigerado criminoso”, “Lampião Mirim” ou, ainda, “o homem que se fez bugre”, o que sugere a possibilidade do caboclo já incomodar com suas posturas contestatórias e

capacidade de organizar o movimento reivindicatório dos índios de Olivença. Quanto à sugestão do mesmo não mais ser índio, remete-nos às idéias do Século XIX, quando o fato dos indígenas aprenderem a ler e conviverem com os nacionais, como era o caso, fazia com que fossem considerados como “misturados aos nacionais” e não mais com o que se definia como “índios puros”. Além do mais, Marcelino era eleitor, dominava os códigos da sociedade brasileira e vivera e trabalhara em Ilhéus. Portanto, na concepção dos ilheenses e das autoridades, ele era “um malandro explorador da ingenuidade dos pacatos e genuínos descendentes de caboclos que vivem na zona de Olivença” (Processo nº 356 do TSN, 1936). Levado a júri em outubro de 1931, apesar do clamor popular que exigia a condenação do réu, foi absolvido. Portanto, após breve prisão, ele e seus seguidores foram soltos e retornaram a Olivença e persistiram no projeto de reverter a situação vivida na antiga aldeia (Silva Campos, op. cit.)

Porém, as dificuldades de atuação agora eram maiores devido ao medo de novas prisões e de repressões violentas que havia se instalado entre os índios de Olivença. Além disso, a vigilância sobre seus movimentos havia redobrado, dificultando-lhe a ação. Em 1935 foi regularizada uma linha de transporte entre Ilhéus e Olivença, usando-se caminhões como veículos, o que facilitava o acesso de um número cada vez maior de visitantes ao local. Conseqüentemente, o avanço sobre os espaços ainda livres se processava rapidamente. Exatamente nesse momento houve uma confluência de interesses entre a célula do Partido Comunista do Brasil de Ilhéus e os projetos de Marcelino.

A região do cacau era um espaço propício, na percepção dos membros do partido, para a promoção da revolução armada entre os camponeses e índios, considerados lídimos representantes do proletariado oprimido por uma estrutura social e econômica excludente e plena de contradições. Era o momento da retomada da expansão da lavoura cacauzeira e de novo surto de concentração das propriedades, após a crise de 1929. Os “caxixes”³ se acentuavam, criando uma massa de camponeses, e de pequenos proprietários insatisfeitos e de contratados temporários revoltados pelo descumprimento dos termos de seus acordos. Potencialmente, imaginavam que contariam ainda com o apoio dos inúmeros imigrantes refugiados da seca oriundos do norte do estado, de Sergipe e de Alagoas que para ali se deslocaram em busca do El Dorado e que não puderam realizar o seu sonho de virem se tornar proprietários de terras e produtores do cacau. A estrutura jurídica, controlada por coronéis e seus aliados, não lhes permitia sequer manter as pequenas posses que por acaso haviam conseguido ocupar. (Lins, op. cit., Paraíso, 1989)

A decisão por esse viés de atuação - camponeses e índios - na promoção da revolução do proletariado não fora tranqüila no interior do partido. Segundo Lins, (op. cit.) em 1934, o partido

³ Caxixe, expressão regional de apropriação de terras de propriedade ou em posse de pequenos agricultores pelas camadas dominantes com o apoio dos cartórios e das Delegacias de Terra.

deliberou por mobilizar operários, camponeses e marinheiros, criar um programa para promover a autodeterminação do Nordeste e de politizar o movimento dos cangaceiros, orientando-o para a promoção da revolução no campo.

Marcelino, sua atuação, seu perfil e o fato de já ser denominado “cangaceiro mirim” era um personagem que se encaixava perfeitamente nos projetos do partido em Ilhéus. Para o caboclo, a aliança com o partido e com pessoas que considerava ilustres e importantes daria ao movimento rebelde uma dimensão qualitativa e quantitativa nunca pensada. Era a grande possibilidade de alcançar o sucesso no seu empreendimento.

Nesse contexto de conflitos, qual o grau de responsabilidade do PCB regional e qual a participação de Marcelino Alves e seus três companheiros na Revolta Comunista do PI Caramuru-Paraguaçu ?

O PCB iniciara as atividades locais tendo como figura central Nelson Schaun, um dos responsáveis pelo incremento das atividades do partido a partir de 1934 e pela opção dos pólos de atuação: a luta antiintegralista e a organização dos assalariados rurais e camponeses. (Lins, op.cit.) A busca por líderes que pudessem viabilizar a revolução no campo não se restringiu a Marcelino. No distrito de Pirangy (atual Município de Itajuípe) o escolhido foi um trabalhador rural migrado de Sergipe. Ali também os fazendeiros se organizaram e usaram o poder municipal para conter a movimentação dos trabalhadores organizados em sindicato. No caso dos índios, o PCB considerava ser seu dever libertá-los da opressão em que viviam e “deveriam se organizar para lutar pela constituição de governos próprios, separados dos governos federal e estaduais: “caminho pelo qual vós podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios”. A escolha unânime recaiu em Marcelino Alves (Lins, op. cit).

Horácio Pessoa de Albuquerque foi o encarregado de procurar Marcelino e convencê-lo de que a aliança com o partido era o único caminho viável para conseguir reaver a terra do antigo aldeamento. Após obter a concordância dos demais indígenas, Marcelino recebeu em Olivença a visita de um dos diretores do Partido com o qual organizou três reuniões com os índios do distrito, quando teria pregado a necessidade de organizar a luta armada para “botar pra fora de Olivença os grandes de lá que lhes tinha tomado as suas terras e haveres (...) os quaes, sem ser por intermédio de engenheiro, iam por conta própria invadindo as terras dos caboclos, tomando-as e botando-os para fora, perseguindo-os e escurraçando-os”. Após a insurreição “(...) dividiria com os companheiros, voltando todos a ocuparem as suas terras e haveres.” (Processo nº 356, apud Lins, op. cit.) Numa das reuniões, obtiveram mais de cem assinaturas de possíveis aliados.

Em reuniões com Schaun em Ilhéus, Marcelino solicitou armamento, alegando que seus homens só possuíam espingardas de caça. Foi-lhe prometida a compra do equipamento no Rio de Janeiro e o

auxílio de tropas do partido vindas do Rio de Janeiro, do norte do país e da Europa. Era a concretização do sonho do caboclo: armas e parceiros capazes de tornar realidade seu projeto.

Em janeiro de 1936, Marcelino conseguiu mobilizar seus seguidores e voltar à ação em Olivença. Foi acusado de atacar a sede do distrito para afastar possíveis votantes na movimentada eleição municipal de Ilhéus que acontecia então (Paraiso, 1989). O projeto seria, ainda, o de queimar casas e matar os “grandes” da localidade. Porém, a notícia vazou e o subdelegado de Ilhéus enviou tropa, composta por policiais e por populares armados pelo delegado, para reprimir a revolta. (Processo nº 356). Alguns dos participantes foram presos e Marcelino fugiu com um pequeno grupo para Una, município vizinho. (Processo nº 223). Logo em seguida foi aberto inquérito pela Polícia Militar do Estado para investigar suas atividades, já classificadas como subversivas.

Ainda naquele ano, logo após retornar a Barro Branco, onde, juntamente com sua família, ocupava glebas de terra e possuía plantações de piaçava, Marcelino e dez famílias foram expulsas por um vizinho que demarcara e as registrara como de sua propriedade. Após o fracasso da tentativa de reaver as terras por via judicial, o caboclo, no que chamou de “ato de desespero” (Processo nº 356), “ele e outros quatro homens também expulsos da terra - Fulgêncio Almeida, que tinha apenas quinze anos por isso foi apelidado de “Caboclinho”, Marcionillio Brás, Pedro Pinto e Marcos Leite -, ateou fogo na casa de José Lemos e logo depois fugiu e se escondeu na mata”. (Lins, op. cit.). Mantiveram conflitos em Maroin, Macuco, na Serra do Padeiro, nas Serras de Itaraca e das Trempes, em Coqueiros, a duas léguas de Olivença (Paraiso, 1989, op. cit.), quando um dos homens de confiança de Marcelino foi preso e confessou sua vinculação com o PCB.

Ante as dificuldades de Marcelino atuar em Olivença, a existência de grande massa de posseiros e o fato de alguns comunistas foragidos, após o fracasso da Intentona Comunista terem buscado refúgio numa área indígena, vetada à ação da polícia estadual, o partido optou por capacitar o caboclo e enviá-lo para o PI Caramuru-Paraguaçu para preparar a revolução a partir dali. A proposta foi aceita pelos caboclos por temerem a prisão em Olivença e por lhes terem prometido que poderia “pedir auxílio perante os poderes públicos (...) que pelo menos os apresentasse a quem de direito, a quem ele (...) pudesse expor a sua situação (...) reclamar seus direitos.” (Processo nº 356)

A situação no PI era de intranqüilidade desde sua criação pelo governo da Bahia em 1926. Os pecuaristas e plantadores de cacau não viam com bons olhos uma Reserva florestal e para índios na região. Os questionamentos sobre sua existência eram constantes, assim como as invasões de áreas da Reserva, apesar de demarcada. O PI era dividido em duas áreas: o Caramuru destinado aos índios descidos das matas e o Paraguaçu, aos indígenas que viviam na área do Rio Pardo e que haviam sido aldeados no Século XIX, e a pequenos arrendatários que deveriam ensinar novas técnicas agrícolas aos indígenas. (Paraiso, 1976).

A movimentação dos grandes proprietários de terras, autoridades municipais e estaduais e de deputados em 1936 era a de reivindicar a extinção da Reserva.⁴ Eram comuns as acusações por parte dos índios, posseiros e administradores do SPI à ação da polícia e dos fazendeiros e de proprietários de terras vizinhas aos moradores do PI de serem comunistas e estarem organizando uma grande revolta para desestabilizar o status quo.

A vinculação inicial da administração do PI com o PCB foi associada á administração de Silo Meireles (1930-1934), irmão do Capitão Silo Meireles, membro da direção nacional do PCB e ligado a Luiz Carlos Prestes. (Lins, op. cit; Paraiso, 1976, op. cit.). Alguns refugiados comunistas ali estavam refugiados: José Martins da Silva, que atuara em Olivença, Gildath Amorim, conhecido por Antonio Bigode Branco, e Samuel Genéz.

Aproveitando-se dessa vinculação e da presença desses foragidos, os interessados na extinção da Reserva, combinaram com o Delegado de Terras e outros fazendeiros para mandarem alguns engenheiros, acompanhados de homens armados, medirem terras na área da Reserva. Preocupado com a nova invasão, Telésforo Martins Fontes, chefe do PI, buscou apoio junto ao Delegado Especial de Ordem Política e Social do Sul do Estado, o Capitão Salomão Rhen, ao Deputado Estadual Cordeiro de Miranda e ao Prefeito de Itabuna, Claudionor Alpoim. Rhen, genro de um grande cacauicultor interessado nas terras da Reserva, não enviou tropa de apoio, mas forneceu vinte rifles e munição. (Processo nº 223). Foi com essas armas que Telésforo Fontes municiou arrendatários, índios e o grupo de Marcelino para prender um dos engenheiros que atuavam na demarcação, seus vinte acompanhantes, os instrumentos de trabalho e armas pertencentes à Delegacia de Polícia de Vitória da Conquista. (Processo nº 356).

Estava montado pelos fazendeiros e pelas autoridades estaduais e municipais o cenário para a repressão aos resistentes e a redução das terras da Reserva, enfim, um “caxixe” de grandes dimensões, envolvendo terras da União destinadas a índios.⁵ Enquanto Fontes tentava defender o patrimônio indígena e aguardava a tropa de apoio a ser enviada pelo Tenente Heron Oliveira, enviado pelo Exército para avaliar a situação, (Processo nº 223), a tensão interna aumentava. (Almeida, 1936). Particularmente quando o delegado enviou tropa para prender Fontes, Antônio Bigode Branco e os caboclos de Olivença sob a alegação de que estariam usando as armas para fins subversivos. A tropa comandada por 2º Tenente Rádio Telegrafista foi aprisionada. Segundo uma versão, Fontes os teria

⁴ O grupo de proprietários que reivindicavam a extinção do aldeamento recebia apoio direto dos Deputados Antonio Cordeiro de Miranda, Manuel Novaes, do Delegado Cap. Salomão Rhen, Nuno Tavares, do auxiliar da Delegacia de Terras de Ilhéus, Abdon Motta, do Dr Augusto Santos Souza, alto funcionário da Secretária de Agricultura e do Secretário de Estado Gileno Amado. Eles comunicaram pessoalmente a Fontes que o governo do estado estava negociando a redução da Reserva junto ao Ministério da Guerra.

⁵ A redução da área ocorreu em 1937 e, apesar dessa medida, as terras foram novamente invadidas e questionadas, não havendo até hoje solução do problema, pois a ação de anulação dos títulos emitidos pelo Estado da Bahia, em 1978, encontra-se há dezessete anos no Supremo Tribunal Federal e ainda não foi definitivamente julgada.

recebido com um grupo armado (Azevedo, 1936), noutra o administrador teria convidado o tenente a parlamentar na sede do PI, quando o aprisionou, obrigando a tropa a se render (Pedra, 1976) e outra de que Fontes e sua tropa reagiram ao posicionamento de ataque da tropa ao chegarem à sede do PI.

Ao retornar a Itabuna, o tenente afirmou que encontrara pessoas armadas, oficiais do Exército refugiados e trincheiras sendo construídas. Enfim, o início da revolta comunista no sul da Bahia. Tendo sido comunicada do fato, o Secretário de Segurança Pública da Bahia autorizou o deslocamento de tropas de Itambé, Vitória da Conquista, Canavieiras, Ilhéus e Salvador. O ataque ao PI envolveu grande massa de militares, trabalhadores de fazendas armados por seus patrões, num total de mil e duzentos homens, contra os sessenta e três combatentes de Fontes. A tomada da sede do PI ocorreu sem o disparo de um único tiro, pois ali só estava um velho cozinheiro.

Dentre as condições impostas pela tropa governamental para a rendição, destacamos a que exigia a “entrega imediata a polícia deste município do criminoso Caboclo Marcellino e demais componentes do seu grupo responsáveis por incêndios roubos e assassinios ocorridos no distrito de Olivença” (Estado da Bahia, 1936, op. cit.) Mas eles já não mais se encontravam na área do PI, pois haviam optado por retornar a Olivença, apesar dos apelos de Fontes para que permanecessem para ajudarem a defender a Reserva e a oferta de lotes no Ribeirão da Fartura, a posse das armas que detinham e a possibilidade de apresentarem suas exigências às autoridades federais. Desiludidos, os caboclos retornaram a sua aldeia para continuarem sua luta nos moldes anteriores, entrando em conflito com a PM na Serra do Padeiro, o que fez com o grupo se dividisse quanto ao encaminhamento das lutas futuras. Dois membros do grupo optaram por se entregar e denunciar Marcelino e Fontes como comunistas e incentivadores de um levante armado. Refugiado em Macuco, Marcelino e os dois companheiros restantes teriam aceitado entregarem-se na Delegacia de Itabuna. (Lins, op. cit.; Paraiso, 1976, op.cit.)

Essas denúncias selaram o destino das lutas de Marcelino e das terras do PI Caramuru-Paraguaçu. O caboclo e seu grupo foram indiciados como comunistas, juntamente com mais trinta e dois não índios. O Tribunal de Segurança Nacional expediu mandato de prisão para todos em março de 1937. Como Marcelino já estava preso, foi enviado com outros acusados para o Rio de Janeiro, onde foi ouvido e condenado (Processo nº 171), sendo logo depois libertado por não ter culpa formalizada e retornado a Ilhéus. O subdelegado de Pontal aconselhou-o a não permanecer na região se quisesse manter-se vivo. A partir de então, não há mais informações sobre o Caboclo.

Se era uma figura polêmica em vida, continua a sê-lo nos dias de hoje. Eleito como um dos símbolos de luta e reverenciado anualmente na Peregrinação dos Mártires do Cururupe por um segmento dos Tupinambás de Olivença, é rejeitado por outro segmento que o considera como uma ameaça até os dias de hoje. O fato é que, passados setenta e três anos após o encerramento de sua luta, só agora está sendo publicado o relatório de demarcação da antiga aldeia de Nossa Senhora da Escada em Olivença.

Documentação e Bibliografia Citada

- ACCIOLI, J. e AMARAL, B. do. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial, 1931
- ALMEIDA, José Lopes – Autos do Processo da Célula Comunista do PI Catarina Paraguassu – depoimento do Ten .Heron de Oliveira ao Capitão Antônio Azevedo, Itabuna, dat. 1936.
- AZEVEDO, Antonio Medeiros de – **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Cap. Secretario de Estado de Segurança Pública pelo Cel. Cmt. Das Forças em Operação contra célula Comunista do PI Catarina Paraguassu**, dat., 1936.
- Carta Régia de 13 de março de 1797. In: ACIOLY, I. e AMARAL, B. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial, 1931. v. 3, p. 151-60.
- Freire, F. **História territorial do Brasil (Bahia, Sergipe, e Espírito Santo)**, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comércio, 1906.
- LINS, Marcelo da Silva. **Vermelhos da terra do cacau: atividades comunistas no Sul da Bahia (1935-1936)**. Salvador, Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2007.
- LISBOA, Baltazar da Silva. Memória sobre a Comarca de Ilhéus. (1802) in **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 37. Mott, L. Os índios do sul da Bahia. 1986, p. 96.
- MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; **Ofício enviado ao Presidente da Província**; Bahia em 22/01/1851: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.
- MADUREIRA, Casemiro de S.; Diretor Geral dos Índios; **Ofício enviado ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley**; Bahia em 25/04/1855: APEB; Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.
- MARCIS, Teresinha. A **“hecatombe de Olivença”**: construção e reconstrução da identidade étnica – 1904. Salvador: Programa de Pós Graduação em História, UFBA, 2004. Dissertação de Mestrado.
- MOTT, Luis - **Os índios do Sul da Bahia – População, Economia e Sociedade (1740-1854)**, dat. Bahia. 1984, pg. 19.
- NAVARRO, Luis T. - Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. T. VII, Rio de Janeiro, 1846.
- PARAISO, M H P. **Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indigenas “Caramuru e Catarina Paraguassu”** apresentado à Fundação Nacional do Índio, Salvador, 1976, dat.
- Os Índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Coronéis de Cacau da Bahia In **Revista de Antropologia**. , v.30-32, p.79 - 110, 1989
- PEDRA, Vitório – **Depoimento dado à autora, gravado em Itaju do Colônia**, 06/07/197
- Processo nº 171** do Tribunal Nacional de Segurança, Rio de Janeiro, 1936, Arquivo Nacional apud LINS, Marcelo da Silva, op. cit.
- Processo nº 223** do Tribunal Nacional de Segurança, Rio de Janeiro, 1936, Arquivo Nacional apud LINS, Marcelo da Silva, op. cit.
- Processo nº 356** do Tribunal Nacional de Segurança, Rio de Janeiro, 1936, Arquivo Nacional apud LINS, Marcelo da Silva, op.cit.
- SILVA CAMPOS. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Salvador: Imprensa Vitória, 1947, p 291.
- SILVA, Leandro de Oliveira; **Subdelegado de Polícia; Ofício enviado ao Delegado de Polícia de Ilhéus**; Vila de Olivença; 18/3/1853; APEB; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura - Comissão de Medição dos Aldeamentos dos Índios (1856 - 1864); maço 4612.
- WIED-NEUWIED. M - **Viagem ao Brasil**. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1940.